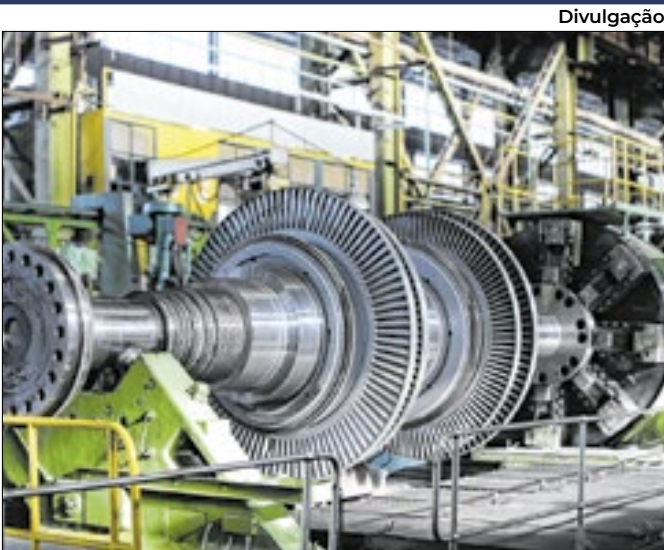


CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Divulgação

Setor de máquinas e equipamentos ensaia retomada

Exportação de maquinário cresceu, aponta a Abimaq

Levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) aponta que a indústria brasileira de máquinas e equipamentos teve crescimento em setembro, com a receita líquida de vendas em alta de 11,2% ante igual período do ano anterior, chegando a R\$ 27,2 bilhões.

Em relação às exportações, houve alta de 1,8%

América do Sul

Na América do Sul, o destaque foi a Argentina, com aumento de 44,3% nas importações de máquinas brasileiras, puxado pelos setores de agricultura e construção civil. Para os Estados Unidos, houve queda de 10% em setembro em relação ao mês anterior.

na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto que no acumulado anual, o setor ficou no mesmo patamar de 2024.

Os principais destinos das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos mudaram neste ano, com as vendas para a América do Norte caindo 8,9%, enquanto a Europa e a América do Sul cresceram 4,8% e 18,5%, respectivamente.

Desinvestimento

“O impacto do tarifaço é muito recente”, disse o coordenador de economia e estatística da Abimaq, Leonardo Gatto. Segundo ele, não haverá desinvestimentos. “Empresas vão esperar o que vai ocorrer nos próximos meses, mas não esperamos impactos fortes no final do ano.”



José Cruz/Agência Brasil

Dívida pública federal caiu 0,28% em setembro

Dívida Pública recua, mas continua acima de R\$ 8 tri

O vencimento de títulos vinculados aos juros fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair em setembro. Segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,145 trilhões em agosto para R\$ 8,122 trilhões no mês passado, queda de 0,28%. Em setembro, o indicador superou pela primeira vez a barreira

de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna recuou 0,31%, passando de R\$ 7,845 trilhões em agosto para R\$ 7,82 trilhões em setembro.

Correção

O Tesouro resgatou R\$ 100,06 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. Essa queda foi compensada pela apropriação de R\$ 75,77 bilhões em juros. Por meio da apropriação, o governo reconhece a correção dos títulos.

Colchão

Após uma alta em agosto, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em setembro. Essa reserva passou de R\$ 1,13 trilhão em agosto para R\$ 1,03 trilhão no mês passado.

Pressão

Com a Selic em 15% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 157,298 bilhões em títulos da DPMFi. No entanto, com o alto volume de vencimentos em setembro, os resgates somaram R\$ 257,354 bi.

9,33 meses

O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado. Atualmente, o colchão cobre 9,33 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,482 trilhão em títulos federais.

Perda com avanço do crime pode chegar a R\$ 32 bi

Estudos fazem panorama dos impactos econômicos no Rio

Tânia Régo/Agência Brasil

Por Martha Imenes

A “guerra do Rio” não é de hoje e nos últimos anos tem crescido de forma assustadora. Os impactos da criminalidade no estado não são somente sociais, mas também econômicos, com fuga de investimentos, fechamento de empresas e paralisação de serviços públicos e privados, além do transporte público. Ou seja, o impacto financeiro da expansão do tráfico de drogas e das milícias no Rio de Janeiro é multifacetado.

Dois estudos – um da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e outro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – apontam que as perdas com o avanço do crime no estado variam de R\$ 10,76 bilhões a R\$ 32 bilhões por ano.

De acordo com um estudo sobre o impacto da violência urbana nos negócios do setor terciário da Confederação Nacional do Comércio (CNC), os crimes violentos têm um impacto de R\$ 10,76 bilhões a R\$ 11,48 bilhões sobre a economia do Estado do Rio. Isso representa cerca de 0,9% do PIB do estado por ano. O cálculo da CNC analisa os números pela ótica do Produto Interno Bruto (PIB) e dos gastos com segurança pública.

Segundo Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, é importante mensurar a perda econômica por conta da criminalidade para revelar o grau de prioridade para a discussão de políticas públicas de segurança.

“O cálculo de impacto foi feito utilizando técnicas econômicas para buscar os efeitos causais dos índices de criminalidade na atividade econômica. A insegurança urbana não impõe custos somente a um setor específico, mas para toda a sociedade”, ressalta Tavares.

Ele acrescenta que estimativas de instituições internacionais e de especialistas, em linha com o estudo da CNC, mostram que a criminalidade tem impactos diretos e indiretos sobre a atividade econômica, pois afeta a vida das pessoas, a dinâmica de faturamento das empresas e cria toda uma série de custos de transação, como



Os confrontos em favelas são uma tragédia social e também financeira

PREJUÍZOS DIRETOS E INDIRETOS

●Desvalorização de imóveis e negócios

Áreas dominadas por facções criminosas sofrem queda no valor imobiliário e afastam investidores.

●Interrupção de serviços públicos

Operações policiais em comunidades como Penha e Mangueiras causam prejuízos estimados em R\$ 14 milhões por ano apenas nessas regiões.

●Impacto no turismo e eventos internacionais

A violência afeta a imagem da cidade, colocando em risco eventos e reduzindo o fluxo de turistas.

●Custos com segurança pública

Megaoperações como a “Operação Contenção”, que mobilizou 2.500 agentes, geram gastos elevados com logística, armamento e pessoal.

●Efeitos sobre a economia formal

Fuga de capital privado
Empresas evitam instalar-se em áreas de risco, reduzindo oportunidades de emprego e arrecadação de impostos.

●Paralisação do transporte público

A violência obriga a suspensão de serviços essenciais, como ônibus e metrô, afetando a mobilidade e produtividade.

●Expansão do mercado ilegal

O fortalecimento de facções como o Comando Vermelho amplia o comércio clandestino, que não gera tributos e distorce a economia.

●Repercussão internacional

A imprensa estrangeira tem classificado o cenário encontrado no Rio de Janeiro como “descomunal” e “de guerra”, o que afeta a confiança de investidores e organizações internacionais.

seguros, monitoramento privado e pode até influenciar a atração de capital internacional.

Perda agregada no Cone Sul

Recorte do estudo do BID sobre o tema estima que os países do Cone Sul teriam uma perda agregada direta de 3,39% do PIB devido às elevadas taxas de criminalidade. A estimativa é que a perda social anual agregada devida à criminalidade no Brasil seria de R\$ 372,9 bilhões. Considerando o impacto sobre o Estado do Rio, o efeito seria de R\$ 32 bilhões. Considerando somente os efeitos diretos dos crimes violentos, o impacto

seria de R\$ 13 bilhões por ano.

O estudo do BID analisa dados de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, considerando os efeitos da violência sobre capital humano e PIB, levando em conta crimes violentos não letais e letais, efeito sobre a produtividade dos países, efeito dos gastos policiais e do sistema prisional.

Parâmetros de levantamento

Tavares explica que a diferença de impacto entre o levantamento do BID e da CNC se dá porque estudo do BID é uma

Para especialista, atacar a rede financeira do tráfico tem eficácia

Rovena Rosa/Agência Brasil



Avenida Faria Lima, berço do mercado financeiro

trou retração nas vendas do varejo em 2025, em parte devido à economia subterrânea (atividade econômica que não é reportada às autoridades, seja por ser ilegal ou por sonegação de impostos e obrigações trabalhistas) e ao aumento da criminalidade. Já a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publicou um estudo que relaciona o fecha-

mento de empresas no Rio de Janeiro à crise econômica e ao aumento da criminalidade entre 2010 e 2018.

‘Andar de cima’

Balestreri pontua que “tudo o que é importante no crime acontece no andar de cima”, ou seja, o crime organizado tem raízes profundas em

análise de países, pega dados de dados de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai vários países e estima o efeito de forma agregada. Já o levantamento da CNC levou em consideração os dados dos municípios do Rio.

“Partimos da estimativa do município para chegar ao impacto no estado. Então, é como se o BID fosse por cima e analisasse por país e nós déssemos um estudo de baixo para cima, a partir das cidades. São caminhos diferentes e variáveis diferentes que a gente considera, mas os resultados estão em linha”, diz o economista-chefe da CNC.

redes financeiras e empresariais, e não apenas nas comunidades mais carentes.

Políticas públicas

Balestreri apresentou um trabalho denominado “Políticas públicas de segurança no Brasil: a construção de um modelo inteligente”, no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, em 2006.

Já naquela época, o educador reforçava a necessidade de combater as estruturas complexas do crime em vez de se limitar a ações táticas em áreas de conflito.

Um exemplo atual de combate ao “andar de cima” foi a Operação Carbone Oculto, ocorrida no coração financeiro do Brasil, a Faria Lima, em São Paulo. A Ação deu um forte baque na rede financeira do Primeiro Comando da Capital (PCC).

A operação levou, inclusive, o Banco Central mudar as regras para fintechs. Essas instituições digitais eram usadas para lavar dinheiro do tráfico.